

Economia Política Internacional

Reinaldo Gonçalves

rgoncalves@alternex.com.br





Reinaldo Gonçalves

A network diagram with several nodes connected by lines. One node is a yellow globe, and the others are blue globes. The background is a dark blue gradient with faint numbers and lines, suggesting a technical or economic context.

Economia Política Internacional

Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil



Economia Política Internacional

Fundamentos Teóricos e Experiência Brasileira

Sumário

PARTE I: ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Capítulo 1. Economia Política Internacional: Método de análise

Capítulo 2. Estado e Atores Principais

Capítulo 3. Estado, Poder e Classes Sociais

Capítulo 4. Relações Econômicas Internacionais

PARTE II. ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Capítulo 5. Poder e Vulnerabilidade Externa

Capítulo 6. FMI e Ajuste Externo

Capítulo 7. Investimento Externo Direto

Capítulo 8. Transações Internacionais de Serviços

Capítulo 9. Comércio Exterior

Capítulo 5. Poder e Vulnerabilidade Externa

Hipóteses

Conceitos básicos


Metodologia

Análise empírica

Síntese



Conceitos básicos

- Poder
 - Poder potencial
 - Vulnerabilidade externa
 - Poder efetivo
 - Hiato de poder
- 

Argumentos: Brasil

- grande poder potencial;
- enorme vulnerabilidade econômica externa, ou seja, um reduzido poder efetivo; e,
- elevado "hiato de poder", isto é, uma grande diferença entre o poder potencial e o poder efetivo.

Índices e metodologia

- Índice de Poder Potencial (IPP)
- Índice de Vulnerabilidade Externa (IVE)
 - Dimensão comercial (IVCO)
 - Dimensão produtivo-tecnológica (IVPT)
 - Dimensão monetário-financeira (IVMF)
- Índice de Poder Efetivo (IPE)
- Índice de Hiato de Poder (IHP)

$$\text{Índice} = \frac{X - X_{Mín}}{X_{Máx} - X_{Mín}} \times 100$$

O Índice de Poder Potencial (IPP) é a média simples de três outros índices que expressam o desempenho das seguintes variáveis: tamanho do território, população e valor da produção (produto nacional). Os índices para cada uma dessas variáveis é calculado com a fórmula acima. Assim,

$$IPP = \frac{ITT + ITP + ITR}{3}$$

Os índices ITT, ITP e ITR referem-se ao tamanho do território, da população e da economia, respectivamente.

O **Índice de Vulnerabilidade Econômica Externa (IVE)** é a média simples de três outros índices: vulnerabilidade comercial (IVCO), vulnerabilidade produtivo-tecnológica (IVPT) e vulnerabilidade monetário-financeira (IVMF). Cada um desses índices expressa uma dimensão específica das relações econômicas internacionais. E, cada um desses índices, por seu turno, é a média simples de índices correspondentes a indicadores (coeficientes) específicos de vulnerabilidade externa. No caso de indicadores que tendem a reduzir a vulnerabilidade externa, o índice correspondente é igual a 100 menos o índice calculado com a fórmula acima.

O Índice de Vulnerabilidade Econômica Externa (IVE) é calculado da seguinte forma:

$$IVE = \frac{IVCO + IVPT + IVMF}{3}$$

Indicadores de vulnerabilidade externa: Definições e fontes, 2002

Dimensão comercial

Exportação de bens e serviços / PIB

Crescimento real do comércio (exp. + imp.) de bens e serviços – Crescimento do PIB real

Índice de concentração das exportações

Reservas internacionais líq. [excl. recursos do FMI] / Importação de bens e serviços

Taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens (1990-2001)

Dimensão produtivo-real

Estoque de IED / PIB

Estoque de IED / Exportação de bens e serviços

Estoque de IED em serviços / Estoque de IED total

Gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico / PIB

Exportação de produtos intensivos em tecnologia / Exportação de manufaturados

Pagamento de tecnologia / Gastos com P&D

Dimensão monetário-financeira

Dívida externa total / Exportação de bens e serviços

Dívida com FMI / Dívida externa total

Renda líquida / Exportação de bens e serviços

Serviço da dívida pública e garantida pelo setor público / Exportação de bens e serviços

Ajuda externa / Importação de bens e serviços

O Índice de poder efetivo (IPE) é igual a 100 menos o índice de vulnerabilidade externa. Ou seja,

$$IPE = 100 - IVE$$

O IPE pode, então, ser entendido como a probabilidade de um país exercer efetivamente sua própria vontade no cenário internacional, considerando sua situação de vulnerabilidade econômica externa.

O Índice de Hiato de Poder (IHP), por seu turno, é definido como:

$$IHP = \left(\frac{IPP}{IPE} - 1 \right) \times 100$$

Análise empírica

Índice	Brasil	Média	Mediana	Desvio padrão	Máximo	Mínimo
Índice de Poder Potencial (IPP)	80,8	46,5	43,9	16,7	95,9	11,6
Índice de Vulnerabilidade Externa (IVE)	49,1	39,9	39,7	9,9	69,7	18,1
Dimensão comercial (ICO)	38,1	43,4	42,4	11,9	84,4	15,8
Dimensão produtivo-tecnológica (IVPT)	51,4	48,8	49,7	14,0	91,1	14,2
Dimensão monetário-financeira (IVMF)	57,7	27,4	22,9	17,1	81,3	0
Índice de Poder Efetivo (IPE)	50,9	60,1	60,3	9,9	81,9	30,3
Índice de Hiato de Poder (IHP)	58,7	-22,2	-25,0	25,2	58,7	-81,2

"O Brasil não é um país, é um exagero."

Antônio Torres, *O Nobre Seqüestrador*, p. 12.



País	População (milhões)	Área (mil km ²)	Produto Nacional Bruto (PPP, US\$ bilhões)	Índice de Poder Potencial (IP)
1. China	1280	9598	5792	95,9
2. Estados Unidos	288	9629	10414	91,1
3. Índia	1049	3287	2778	88,7
4. Russa, Fed.	144	17075	1165	81,9
5. Brasil	174	8547	1300	80,8
6. Indonésia	212	1905	650	74,1
7. Japão	127	378	3481	72,3
8. Canadá	31	9971	907	72,0
9. México	101	1958	887	71,9
10. Alemanha	82	357	2226	68,4
11. Austrália	20	7741	539	67,2
12. França	59	552	1609	67,2
13. Irã, Rep. Islâmica	66	1648	438	66,8
14. Paquistão	145	796	284	66,4
15. Argentina	36	2780	387	65,3
16. Itália	58	301	1510	64,8
17. Turquia	70	775	438	64,5
18. Reino Unido	59	243	1574	64,3
19. África do Sul	45	1221	445	64,0
20. Egito, Rep. Árabe	66	1001	253	63,1

E a vulnerabilidade externa?

Comercial

Produtivo-tecnológica

Monetário-financeira



Vulnerabilidade externa			
Países	Comercial (IVCO)	Países	Produtivo- tecnológica (IVPT)
1. Azerbaijão	84,4	1. Nicarágua	91,1
2. Moldávia	72,6	2. Trinidad e Tobago	77,4
3. Camboja	71,1	3. Chile	74,4
4. Arábia Saudita	69,6	4. Azerbaijão	73,0
5. Mongólia	66,5	5. Zâmbia	70,8
6. Zâmbia	66,4	6. Uganda	70,5
7. Gabão	65,3	7. Ruanda	69,7
8. Bulgária	62,7	8. Bolívia	69,5
9. Burundi	62,6	9. El Salvador	69,4
10. Papua Nova Guiné	61,5	10. Armênia	69,3
74. Brasil	38,1	49. Brasil	51,4
Estados Unidos	27,2	Finlândia	25,9
Peru	24,6	Japão	22,9
China	19,2	Israel	19,1
Nepal	16,6	Etiópia	18,9
Líbano	16,2	Filipinas	16,4
Índia	15,8	Coréia, Rep.	14,2

Vulnerabilidade externa	
Países	Monetário-financeira (IVMF)
1. Burundi	81,3
2. Zâmbia	71,8
3. Ruanda	70,5
4. Burkina Fasso	67,5
5. Sudão	58,9
6. Uruguai	58,5
7. Brasil	57,7
8. Uganda	56,8
9. Nicarágua	56,7
10. Argentina	53,5
França	5,9
Reino Unido	3,4
Suíça	2,8
Japão	0,0


Países	IVE
1. Zâmbia	69,7
2. Azerbaijão	66,5
3. Burundi	66,2
4. Ruanda	63,3
5. Nicarágua	61,8
6. Uganda	53,8
7. Moçambique	52,4
8. Equador	52,1
9. Armênia	51,7
10. Sudão	51,4
11. Uruguai	51,1
12. Bolívia	51,0
13. Malauí	50,5
14. Jamaica	50,1
15. Burkina Fasso	50,0
16. Moldávia	49,8
17. Brasil	49,1
18. Argentina	49,1
19. Quirguízia, Rep.	48,9
20. Bulgária	48,3
Estados Unidos	22,0
Índia	21,6
Israel	21,5
Japão	18,1

O *hiato de poder*

A diferença entre o poder potencial e o poder efetivo

País	Hiato de poder IHP
1. Brasil	58,7
2. Zâmbia	34,8
3. Argentina	28,3
4. China	26,8
5. Russa, Fed.	19,8
6. Sudão	18,5
7. Turquia	17,3
8. Estados Unidos	16,8
9. Paquistão	16,1
10. Indonésia	13,2

Conclusões:

- (1) o Brasil tem um grande poder potencial;
 - (2) o Brasil tem uma enorme vulnerabilidade econômica externa, ou seja, um reduzido poder efetivo; e,
 - (3) o Brasil se defronta com um elevado "hiato de poder", isto é, uma grande diferença entre o poder potencial e o poder efetivo.
- 

Implicação 1:

o Brasil precisa ter como diretriz fundamental do seu projeto de desenvolvimento, a redução da sua própria vulnerabilidade externa. Para isso, é necessário mudar as atuais diretrizes e políticas domésticas que afetam a inserção internacional do país e agravam a sua vulnerabilidade externa nas dimensões comercial, produtivo-tecnológica e monetário-financeira.



Implicação 2:

Talvez, no futuro, quando as atuais políticas de Lula forem revertidas e o Brasil tiver poder efetivo, é que o país será capaz de superar o atual hiato de poder. Aí sim, é que o Brasil se qualificará seriamente para um papel protagônico no cenário internacional.

Manifesto dos Economistas, 22 de novembro de 2004: Medidas imediatas:

1. Reduzir drasticamente a atual taxa de juro básica (Selic), que serve para remunerar os títulos públicos; portanto, a taxa de juro passa a ser focada no ajuste das contas públicas;
2. Desvincular a taxa de redesconto (que remunera os empréstimos do Banco Central aos bancos) da taxa Selic, liberando o Bacen para a utilização ativa das taxas de redesconto, depósitos compulsórios e cobrança de IOF como formas de regulação seletiva do crédito;
3. Estabelecer mecanismos de controle no fluxo de entrada e saída de capitais externos do país, controlando a conta de capitais, com o objetivo de impedir a evasão externa de divisas, em face da queda da taxa de juros;
4. Interromper a captação de recursos externos pelo setor público, recompor de forma contínua as reservas internacionais do país e estabelecer critérios para o processo de endividamento externo privado;
5. Promover a redução do "spread" e dos custos dos serviços dos bancos privados por meio da rivalidade agressiva derivada da oferta de crédito e de serviços financeiros pelos bancos públicos;

- 6 Realizar uma reforma fiscal que priorize os investimentos na economia interna e nos programas sociais e inclua um sistema progressivo de tributação, capaz de acelerar a distribuição da renda e, em consequência, o crescimento sustentado da economia e das oportunidades de trabalho;
- 7 Realizar uma auditoria financeira e social da dívida externa, para dar transparência e justiça ao processo de endividamento e para tornar efetivo o controle democrático;
- 8 Administrar a política cambial de maneira favorável às exportações e à substituição das importações, e compatível com o equilíbrio dos fluxos de capitais externos;
- 9 Reverter o processo de desnacionalização dos setores de produtos não comercializáveis internacionalmente, de modo a reduzir a rigidez das contas externas do país (o que implica cancelar o programa Parceria Público Privado);
- 10 Utilizar os recursos públicos, ora esterilizados no superávit primário, em programas de dispêndio público voltados para a expansão e melhora dos serviços públicos básicos, como educação, saúde, habitação popular, assim como para investimentos de infra-estrutura e apoio decisivo à agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária.

Obrigado!

